

Sondagens arqueológicas de diagnóstico realizadas em Agueiros - Larinho 18 (Larinho, Torre de Moncorvo)

*Arqueóloga

Raquel Caçote Raposo*

Resumo Dão-se a conhecer os resultados das sondagens arqueológicas de diagnóstico, manuais, realizadas no âmbito do Plano de Salvaguarda do Património da Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor. Apresenta-se uma caracterização do contexto estudado, integrado crono-culturalmente na Época Contemporânea.

Abstract The author presents in this paper the results of the manual archaeological diagnostic surveys, carried out in the context of the Heritage Protection Plan for the General Contract for Construction of the Hydroelectric Power Station of the Baixo Sabor (Portugal). We present a characterization of the studied context, chrono-culturally integrated in the Contemporary Era.

1. Introdução

Visa o presente dar conhecimento dos resultados da intervenção arqueológica realizada sob a forma de sondagens de diagnóstico, manuais, nos *Agueiros - Larinho 18* (Larinho; Torre de Moncorvo), sítio inventariado com o número de Elemento Patrimonial 430.

Os trabalhos arqueológicos, realizados com carácter de emergência face à identificação de vestígios de estruturas aquando do acompanhamento arqueológico em curso no âmbito da Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, promovido pela EDP – Gestão da Produção de Ener-

gia, S.A., e adjudicado ao ACE constituído pelas empresas Bento Pedroso Construções e Lena Engenharia e Construção, foram realizados de forma a verificar, avaliar, caracterizar e integrar cronologicamente os achados.

A intervenção, a cargo da Archeocélis – Investigações Arqueológicas, Lda, coordenada por Célia Coelho, foi efetivada sob a direção científica da Signatária, com a devida autorização do então Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), fazendo cumprir a legislação nacional em vigor. A saber: Lei n.º 13/85, de 6 de julho (Lei do Património Cultural Português), com as posteriores alterações que lhe foram introduzidas pela

Lei n.º 19/2000, de 10 de agosto; Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos), com as posteriores alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/00, de 10 de novembro.

A intervenção arqueológica de que se dá conhecimento decorreu entre os dias 8 e 16 de setembro de 2009.

2. Antecedentes

Em maio de 2009, através de informações orais de um proprietário dos terrenos junto ao PK 2+725 e o PK 2+700 do acesso definitivo da margem esquerda, a equipa de acompanhamento arqueológico teve a informação da existência de dois “agueiros” (canalizações) que ali passavam. Segundo o proprietário, Sr. Adérito Augusto Martins, estes dois “agueiros” eram formados por várias lajes em cantaria, medindo cerca de 0,50 m.

Em setembro de 2009, durante os trabalhos de construção do referido acesso, foram identificadas nos taludes de escavação duas estruturas de granito para condução de água, nomeadamente entre o PK 2+675 e 2+700, confirmando as informações orais recolhidas no local. Ao Pk 0+500 foi, também, identificada a existência de um “agueiro”, cuja boca de entrada pôde ser identificada no decorrer da prospeção arqueológica nos terrenos envolventes (Fig. 1).

Após visita ao local pela Tutela, foi preconizada, como medida de minimização específica, a realização de sondagens arqueológicas de avaliação.

3. Enquadramento geral

3.1. Enquadramento físico e geomorfológico

O sítio localiza-se no Lugar e Freguesia de Larinho, Concelho de Torre de Moncorvo, Distrito de Bragança (Fig. 2), e encontra-se cartografado na Carta Militar de Portugal n.º 130 (1:25 000). Inserido numa zona cujo contexto geológico se caracteriza por uma zona de contacto entre xistos e uma intrusão de granitos, insere-se numa plataforma/rechã, diluída na paisagem. Do ponto-de-vista geográfico, o Concelho de Torre de Moncorvo localiza-se no Nordeste Transmontano, entre os Rios Douro e Sabor. Encontra-se limitado a nordeste pelo Concelho de Moga-



Fig. 1 – Paisagem envolvente ao sítio.

douro; a norte pelo de Alfândega da Fé; a noroeste pelo de Vila Flor; a oeste pelo de Carrazeda de Ansiães; a sul pelo Rio Douro e a sulsueste pelo Concelho de Freixo de Espada-à-Cinta. Administrativamente integra 13 freguesias: Açoreira, Cabeça Boa, Carviçais, Castedo, Horta da Vilarça, Larinho, Lousa, Mós, Torre de Moncorvo, União de Freguesias de Adeganha e Cardanha, Felgar e Souto da Velha, Felgueiras e Maçores, Urros e Peredo. Com uma área de 478,44 km², o seu território distribui-se por uma área de montanha onde há a destacar a Serra do Reboredo e os montes da Serra da Lousa. Um dos vales mais importantes é o da Vilarça.

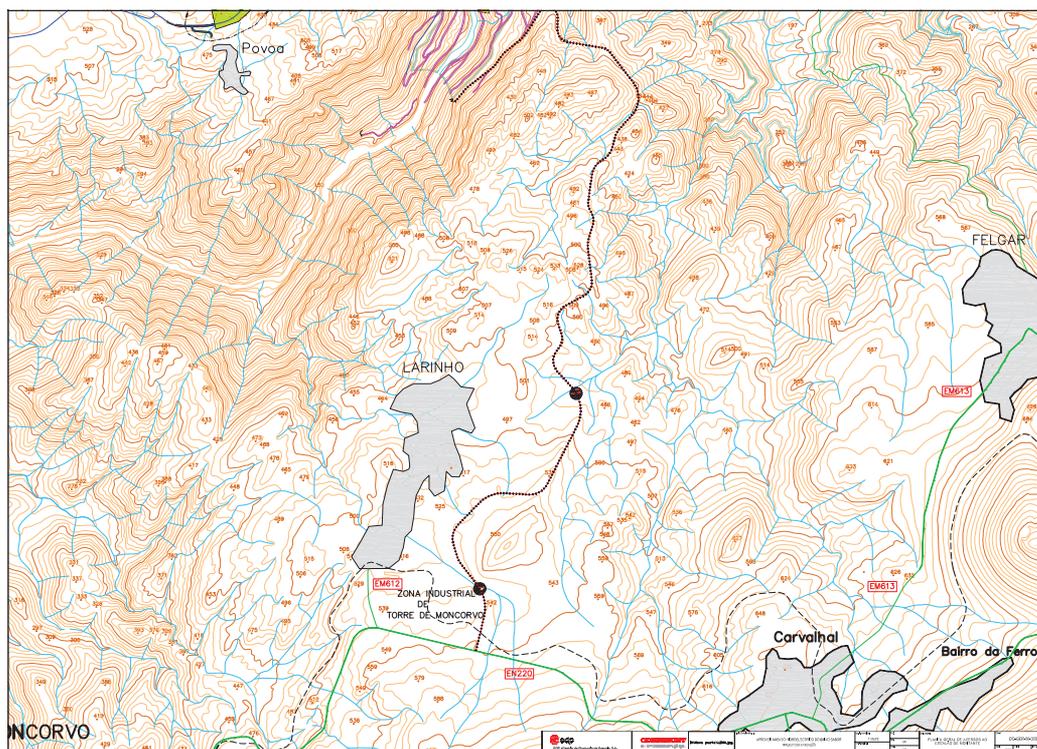
Em termos pedogénicos, predominam os granitos nas zonas mais altas, e os xistos metamorfizados do “Complexo Xisto-Grauváquico” nas zonas de encosta (Silva, Rebelo & Ribeiro, 1989).

Dominam a paisagem as vertentes bastante acentuadas, por onde se cruzam linhas de água subsidiárias do Rio Sabor, de que são exemplo as Ribeiras do Xedal ou das Relvas, entre outras. A equilibrada simbiose entre a montanha, zona planáltica e a rede hidrográfica (Rios Sabor e Douro e Ribeira da Vilarça) fazem desta região uma das mais férteis e mais bem localizadas estrategicamente, o que determinou, ao longo dos tempos, as estratégias de ocupação do espaço.

3.2. Enquadramento histórico-arqueológico

A ocupação antrópica do atual território abrangido, administrativamente, pelo Concelho de Torre de Moncorvo remonta à Pré-História, perdurando até à atualidade (base de dados da Direção-Geral do Património Cultural). Datáveis da Pré e Proto-História são as manifestações artísticas rupestres da Ribeira do

Fig. 2 – Localização do Elemento Patrimonial n.º 430 (Escala 1:25 000).



Xedal 1 (CNS 11404) e Xedal 2 (CNS 11415), datáveis do Paleolítico e do Neolítico respetivamente; os vestígios diversos de Volta do Carro (CNS 16675); o Abrigo da Ribeira dos Chibos (CNS 16687), uma pala natural que poderá ter servido como abrigo, para espera de caça; os achados diversos da Póvoa (CNS 11405), datáveis, provavelmente, do Calcolítico; o Povoado do Baldoeiro (CNS 1008), de origem pré-histórica, e sucessivamente ocupado até ao presente, que terá sido ocupado em época pré-romana pelos *Banienses* que aí deixaram, insculturados no afloramento, motivos de feição serpentiforme; o Povoado Fortificado de Cigadonha (CNS 2094); o Cabeço de Alfarela (CNS 4801), um castro romanizado, com ocupação desde o Calcolítico à Época Medieval, classificado como imóvel de interesse público; o Castelo dos Moiros (CNS 5461), povoado fortificado da Idade do Ferro; a Arte Rupestre da Ribeira da Sardinha (CNS 11402), datável do Paleolítico; Castelo (CNS 5052), um povoado fortificado da Idade do Ferro, com possível ocupação medieval; o *habitat* de Fraga do Fojo 1 (CNS 11441), onde foi identificada cerâmica com decoração “penteada”; o Cabeço dos Apostolónios (CNS 5320), um *habitat* Neo-Calcolítico onde foram encontrados mós de sela e fragmentos de cerâmica manual, sem decora-

ção, entretanto destruído aquando de um projeto de florestação (PARM, 2008, p. 2); as Muralhas e Ruínas de Vila Velha de Santa Cruz ou Deruida (CNS 10888), com ocupação datável da Idade do Ferro, Romano e Medieval Cristão, classificado como monumento nacional (Júnior, 1983); o Povoado da Senhora do Castelo (CNS 1512); a Necrópole da Junqueira (CNS 4716), da Idade do Ferro, onde foram identificadas 20 a 25 sepulturas dispostas lateralmente; o Cabeço da Mua (CNS 3546); o Olival das Fragas (CNS 4121); a Anta do Cabeço do Murado 2 (CNS 27934); entre outros.

Datáveis da Época Romana são os vestígios identificados no Núcleo de Povoamento de Cilhades (CNS 11409); na Quinta da Terrincha (CNS 6672), de onde são provenientes duas lápides funerárias; no Cabeço de Alfarela (CNS 4801); na Capela de N. Sr.ª da Conceição (CNS 11440), em cuja construção foram utilizadas lápides funerárias romanas, possivelmente pertencentes a uma necrópole localizada nas suas imediações; no Povoado do Baldoeiro (CNS 1008), de onde é proveniente uma ara dedicada a Júpiter Ótimo Máximo, em cuja designação se salienta a ligação com uma *civitas Baniensis* que, segundo F. Sande Lemos, se poderá localizar em Santa Cruz da Vilariga (Lemos, 1993, p. 344); na Eira de Santiago (CNS 11393), onde foram encontrados

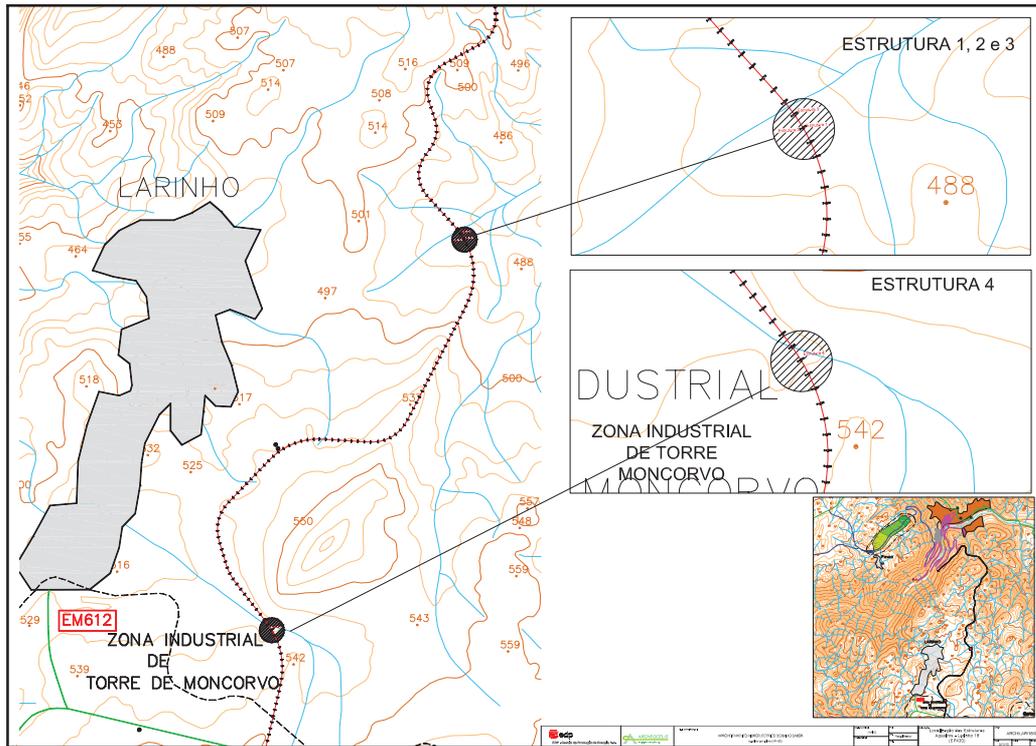


Fig. 3 – Localização dos trabalhos arqueológicos.

vestígios que apontam para um possível habitat romanizado, implantado sobre uma pequena elevação; muralhas e ruínas de Vila Velha de Santa Cruz ou Derruída (CNS 10888); no Povoado da Senhora do Castelo (CNS 1512); o tesouro da Junqueira (CNS 6673), descoberto aquando da abertura de valas para plantação de vinha, e que se constitui por 68 moedas de prata, cunhadas com a efígie do imperador Octávio Augusto; no Olival das Fragas (CNS 4121), localizado próximo da Quinta da Terrincha, onde são visíveis paredes grossas com mais de 2 m de altura (Santos & Rodrigues, 1978); no Casal Rústico do Campo (CNS 18593); no Povoado do Freixo (CNS 18594); na Necrópole do Chão da Capela (CNS 2215), onde foram identificados numerosos silhares, assim como outros elementos arquitetónicos e, ainda, uma inscrição funerária datável do século I. Do Período Medieval registam-se, no atual Concelho de Torre de Moncorvo, o Núcleo de Povoação de Cilhades (CNS 11409); o Campo do Pedrano (CNS 16685), uma antiga via que fazia a ligação de Torre de Moncorvo ao Vale da Vilarça, e que se manteve em uso até ao século XIX; o Caminho da Quinta dos Chibos (CNS 16689) e o Caminho da Quinta dos Coutinhos (CNS 16699); o Cabeço da Alfarela (CNS 4801); o Povoado do Baldoeiro (CNS 1008); o Caminho Velho e as Muralhas e Ruínas de Vila Velha de Santa Cruz

ou Derruída (CNS 10888), já anteriormente mencionado por ocupações mais antigas, e que são correspondentes a Santa Cruz da Vilarça, sede de um concelho medieval a quem, em 1225, D. Sancho II deu Carta de Foral; Cizonha (CNS 4692); o Olival das Fragas (CNS 4121); a via de Torre de Moncorvo (CNS 16700), um caminho de pé posto que, entre muros, ligava a Vila a Santa Cruz da Vilarça; o Castelo de Torre de Moncorvo (CNS 6801), cuja alcáçova deixou de ser utilizada nos finais do século XVIII, e que se encontra classificado como imóvel de interesse público; o Povoado da Cortinha da Fonte (CNS 28275), onde ainda se podem observar alguns troços de construções em granito; e tantos outros testemunhos da vivência durante Época Medieval e Moderna da região do Vale do Sabor.

A origem de Moncorvo suscita algumas discordâncias, havendo historiadores que atribuem a Fernando Magno, Rei de Leão, a sua fundação. Outros, como o Abade de Baçal e Gaspar Alvarez Lousada, defendem a teoria de que terá existido um Capitão Mem Corvo que teria sido Governador de uma das províncias que, atualmente, faz parte integrante do território moncorvense, que, em 1062, ter-lhe-ia atribuído Carta Foralenga que, posteriormente, D. Afonso Henriques confirmou.

A primeira menção a Torre de Moncorvo surge nas Inquirições de D. Afonso III, de 1258. “Turre de Menendo Curvo” surge designada como uma aldeia do Termo da Vila de Santa Cruz, no sopé da Serra do Reboredo (Abreu, 1999). Recebeu, em 12 de Abril de 1285, Carta de Foral atribuída por D. Dinis, numa transição do foral de Santa Cruz de Vilarça, abandonada na transição do século XIII para o século XIV. As justificativas para o abandono da vila prendem-se com um variado número de fatores, desde praga de formigas à dificuldade de defesa em tempos de guerra, às inundações do Sabor ou, ainda, à falta de nascentes que levavam à escassez de água.

A cerca primitiva de Torre de Moncorvo deverá datar do século XIII, considerando a existência de um documento de 17 de Novembro de 1295 que alude à ocorrência de obras de fortificação na vila.

No reinado de D. Fernando terá sido desmontada a cerca mandada edificar por D. Dinis, em xisto, dando lugar a um troço em granito. Em 1372, aquando das guerras fernandinas, a Vila sofreu cerco, tendo sido queimada grande parte dos arrabaldes até ao seu Termo.

Os testemunhos arqueológicos, assim como a documentação, atestam várias fases de edificação das estruturas defensivas da Vila de Torre de Moncorvo.

A construção do castelo (Abreu, 2000), integrado na fortificação medieval da Vila, e torre de menagem, assim como outra de menores dimensões, constam de um documento de 6 de Março de 1376, que atesta o envio de Diogo Gil, Ouvidor-Mor, a Torre de Moncorvo, para efetuar obras de reforço defensivo. Na segunda metade do século XIV, e na primeira metade

do século XV, a arquitetura militar vai-se adaptando à nova realidade no tocante às armas de fogo.

Entre os séculos XV e XVI o Castelo e Cerca da Vila sofrem poucas alterações sendo, somente, alvo de algumas reparações.

No final do século XVIII o estado de ruína do Castelo era tamanho que, nos inícios do século XIX, começou a ser desmantelado iniciando, em 1842, a Câmara Municipal, o seu processo de demolição. Todo o espaço do Castelo foi, então, alvo de obras de redefinição, tendo aí sido edificadas duas construções, o Arquivo e a Casa de Roda dos Expostos.

4. Intervenção arqueológica

4.1. Metodologia e objetivos

A intervenção arqueológica adotou, como metodologia, o proposto por Edward Harris (1991), de remoção de camadas por ordem inversa à sua deposição natural, com definição de unidades estratigráficas.

Às diferentes realidades diferenciáveis observadas foi atribuída uma unidade de registo (Unidade Estratigráfica), descrita em ficha própria (Ficha de Unidade Estratigráfica).

Foram efetuados os concomitantes registos, escrito, gráfico (desenhado à escala 1:20) e fotográfico.

O registo gráfico das realidades observadas foi efetuado com as correspondentes coordenadas X, Y e Z.

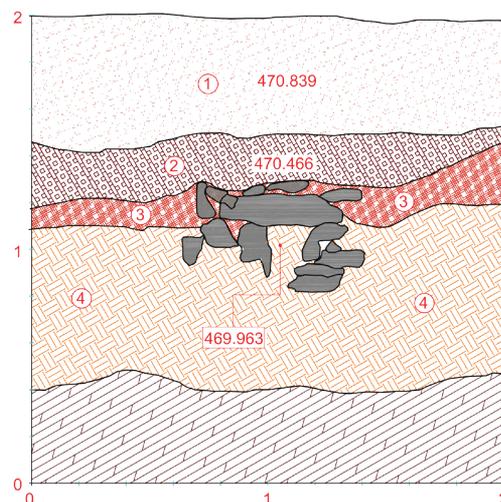
O registo fotográfico incidu nas diversas fases da intervenção, o mais exaustivamente possível.

Fig. 4 – Acesso Definitivo da Margem Esquerda. PK 2+675 (lado direito da Via) – Estrutura 1.

Fig. 5 – Sondagem 1 – Estrutura 1 – Perfil.

1. UE 01
2. UE 02
3. UE 03
4. UE 04

■ Pedras da estrutura



Para além de todo o trabalho de campo foi, ainda, levado a cabo uma pesquisa bibliográfica da especialidade, assim como outras consultas entendidas por necessárias ao estudo em causa, assim como bases de dados institucionais. As sondagens de diagnóstico foram realizadas nos pressupostos de permitir verificar, avaliar, caracterizar e integrar crono-culturalmente os vestígios arqueológicos através do estudo das realidades observadas e dos materiais exumados no decorrer da intervenção, assim como o seu estado de conservação.

Os trabalhos objetivavam, ainda, avaliar o valor patrimonial, e científico, dos eventuais contextos arqueológicos existentes, de forma a determinar as medidas mais apropriadas para proteção/minimização de impactes resultantes da implementação do projeto.

A intervenção arqueológica de que, pelo presente, se dá conhecimento, decorreu entre os dias 8 e 16 de setembro de 2009.

Os trabalhos arqueológicos incidiram nos Pk's 0+500, 2+675 e 2+700 (Fig. 3), e principiaram pela limpeza dos cortes de escavação mecânica (para trabalhos de construção do acesso definitivo), de forma à caracterização e registo dos "agueiros" identificados, bem assim como a sua caracterização.

Os trabalhos arqueológicos, de sondagem, tiveram início pela escavação da banquetta ao Pk 2+675 (lado direito da via).

Sondagem 1

Foi implantada uma sondagem de 2 x 3 m (Sond. 1) ao Pk 2+675 (lado direito da via) a qual, de forma a uma melhor caracterização da estrutura identificada (Fig. 4), foi alargada, em comprimento, até aos 7 m.

A estrutura, orientada a Sudoeste/Nordeste, apresenta secção quadrangular, com paredes constituídas por blocos de granito de pequena a média dimensão rematada, na parte superior, por lajes também de granito.

Foram observadas 4 unidades estratigráficas distintas (Fig. 5):

UE 01 – Camada de aterro, constituída por saibro/areão de coloração branca, com blocos de média dimensão. Cobre a camada 02.

UE 02 – Camada de terra homogénea e compacta, de coloração castanha escura. Cobre a camada 03.



Fig. 6 – Pk 2+675 (lado direito da via). Sondagem 1. Estrutura 1. Plano Final.

UE 03 – Camada de coloração castanha, com intrusão de óxidos. Cobre a camada 04.

UE 04 – Camada de argila, de coloração acinzentada. É nesta camada que assenta a fundação da estrutura (estrutura 1).

Permitiu pôr a descoberto a estrutura que, nas figuras seguintes (Figs. 6–9), se apresenta.

Sondagem 2

Ao Pk 2+675, do lado esquerdo da via, foi implantada uma sondagem de 2x3 mts (Sond. 2). Em corte já havia sido identificado um "agueiro", com secção quadrangular, e orientação a sudoeste/nordeste (Fig. 10).

No decurso da sondagem foi possível caracterizar a estrutura, e sua tipologia de construção (ver tipologia de construção da estrutura 1).

A estrutura identificada no decurso da sondagem 2 (estrutura 2 – Figs. 11–18) encontra-se, parcialmente, sob um muro de divisão de propriedade. A estratigrafia observada é semelhante à descrita na sondagem 1:

UE 05 – Camada de terra homogénea e compacta, de coloração castanho-escura. Cobre a camada 06 (corresponde à UE 02 da sondagem 1).

UE 06 – Camada de coloração castanha, com intrusão de óxidos. Cobre a camada 07 (corresponde à UE 03 da sondagem 1).

UE 07 – Camada de argila, de coloração acinzentada. É nesta camada que assenta a fundação da estrutura (estrutura 2).

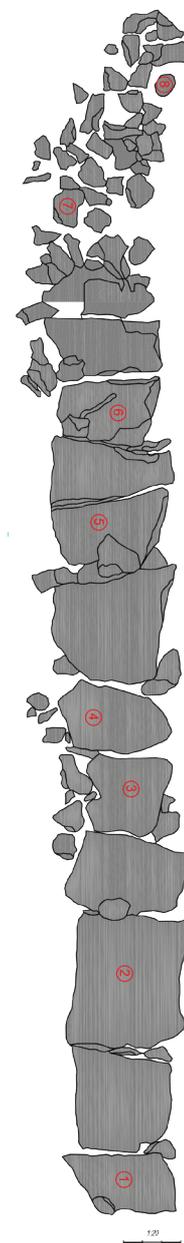


Fig. 7 – Sondagem 1 – Estrutura 1 – Planta.

■ Pedras da estrutura

- Cotas da estrutura:
1. 470.29
 2. 470.31
 3. 470.21
 4. 470.27
 5. 470.23
 6. 470.22
 7. 470.23
 8. 470.23

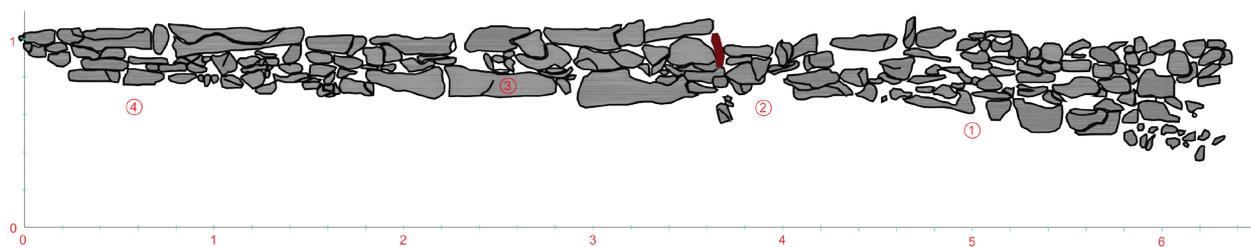


Fig. 8 – Sondagem 1 – Estrutura 1 – Alçado.

■ Pedras Granito
■ Material Orgânico (raízes)

Cotas da estrutura:

1. 469.76	3. 469.89
2. 469.85	4. 469.02

Fig. 9 – Pk 2+675
(lado direito da via).
Alçado Estrutura 1.



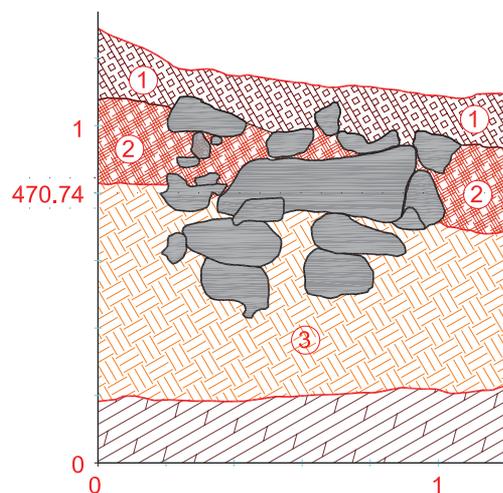
Fig. 10 – Pk 2+675
(lado esquerdo da via). Estrutura 2.



Fig. 11 –
Sondagem 2 –
Estrutura 2 – Perfil.

1. UE 05
2. UE 06
3. UE 07

■ Pedras da Estrutura



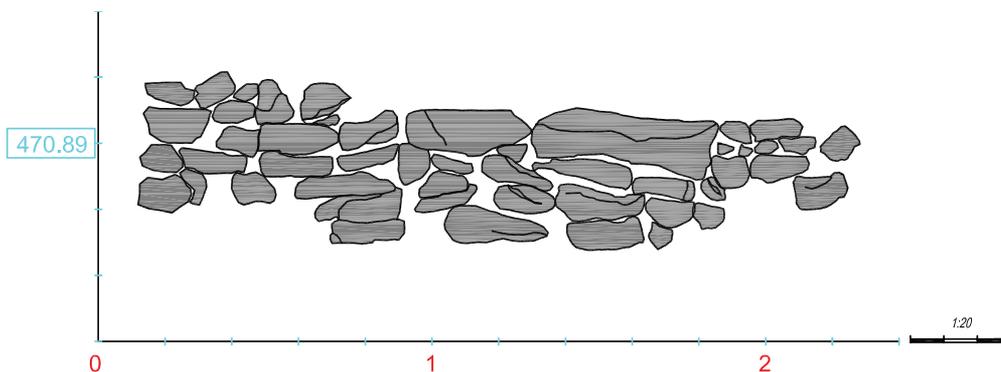
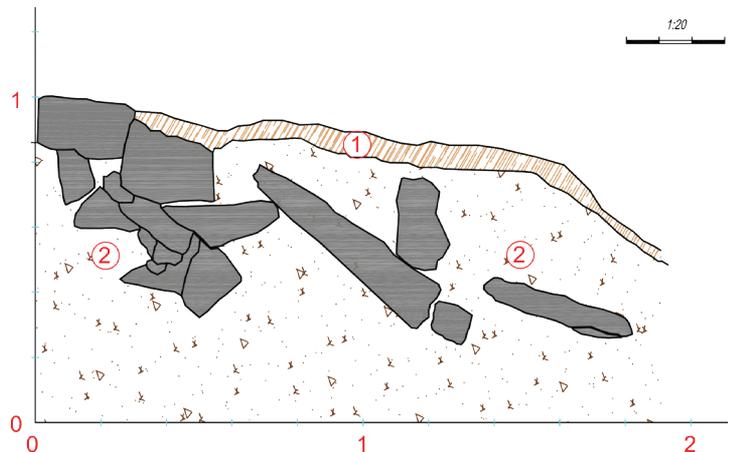
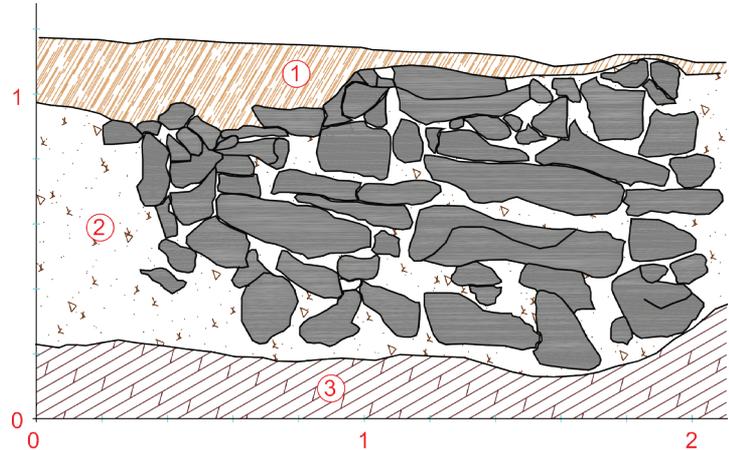


Fig. 12 – Sondagem 2 – Perfil SW.

Fig. 13 – Estrutura 2. Perfil SW.
1. UE 05
2. UE 06
3. Camada de fundação
■ Pedras da estrutura

Fig. 14 – Sondagem 2 – Perfil NW.

Fig. 15 – Sondagem 2 – Perfil NW.
1. UE 05
2. UE 06
■ Pedra Granito

Fig. 16 – Estrutura 2 W – Alçado.
■ Pedras da estrutura

No decurso das intervenções foram exumados materiais de cronologia contemporânea associados: fragmentos de cerâmica comum, faiança, vidro e loiça tipo “Sacavém”. Para além das duas estruturas acima referidas, foram, ainda, caracterizadas e registadas (registo fotográfico, topográfico e gráfico – alçado) as restantes estruturas identificadas nos cortes de escavação aos Pk’s 0+500 (estrutura 4) (Fig. 21) e 2+700 (margem direita – estrutura 3) (Figs. 19–20).

5. Considerações finais

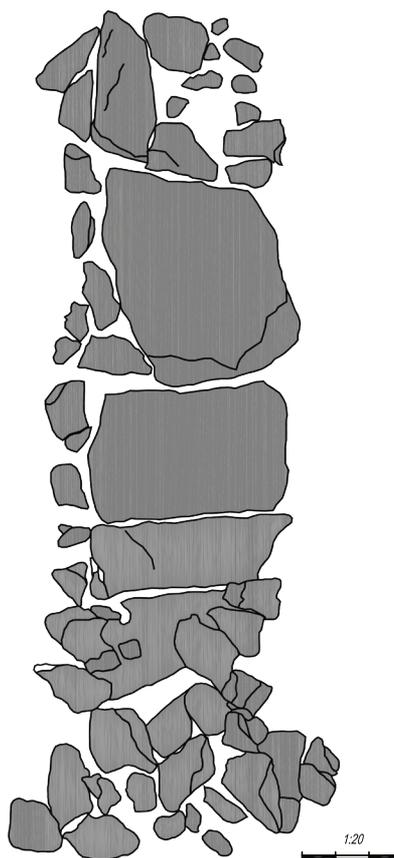
Em Maio de 2009, através de informações orais de um proprietário dos terrenos junto ao PK 2+725 e o PK 2+700 do Acesso Definitivo da Margem Esquerda, a Equipa de acompanhamento arqueológico teve a informação da existência de dois “agueiros” (canalizações) que ali passavam.

Em Setembro de 2009, durante os trabalhos de construção do referido acesso, foram identifica-

Fig. 17 –Pk 2+675
(lado esquerdo da
via). Sondagem 2.
Plano Final.



Fig. 18 – Estrutura 2 –
Planta .
■ Pedras da estrutura



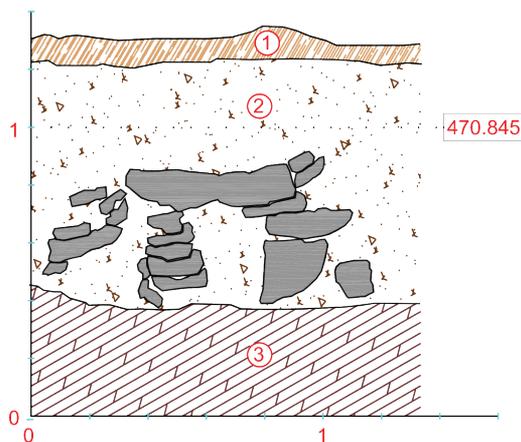
das nos taludes de escavação duas estruturas de granito para condução de água, nomeadamente entre o PK 2+675 e 2+700, confirmando as informações orais recolhidas no local. Ao Pk 0+500 foi, também, identificada a existência de um “agueiro”, cuja boca de entrada pode ser identificada no decorrer da prospeção arqueológica nos terrenos envolventes.

Após visita ao local pela Tutela, foi preconizada, como medida de minimização específica, a realização de sondagens arqueológicas de avaliação.

A intervenção, a cargo da Archeocélis – Investigações Arqueológicas, Lda, foi efetuada sob a direção científica da signatária, tendo decorrido entre os dias 8 e 16 de setembro de 2009. Foi adotada como metodologia a proposta por Edward Harris (1991), de remoção de camadas por ordem inversa à sua deposição natural, com definição de unidades estratigráficas, tendo sido, às diferentes realidades diferenciáveis observadas, atribuída uma unidade de registo (Unidade Estratigráfica), descrita em ficha própria (Ficha de Unidade Estratigráfica).

Durante as intervenções, foram exumados materiais de cronologia contemporânea associados (fragmentos de cerâmica comum, faiança, vidro e loiça tipo “Sacavém”), o que permitiu caracterizar e integrar crono-culturalmente as estruturas (canalizações contemporâneas construídas para permeabilização dos terrenos), permitindo a intervenção arqueo-

Fig. 19 –
Sondagem 3 –
Estrutura 3 – Perfil.
1. UE 05
2. UE 06
3. UE 03
■ Pedras Granito



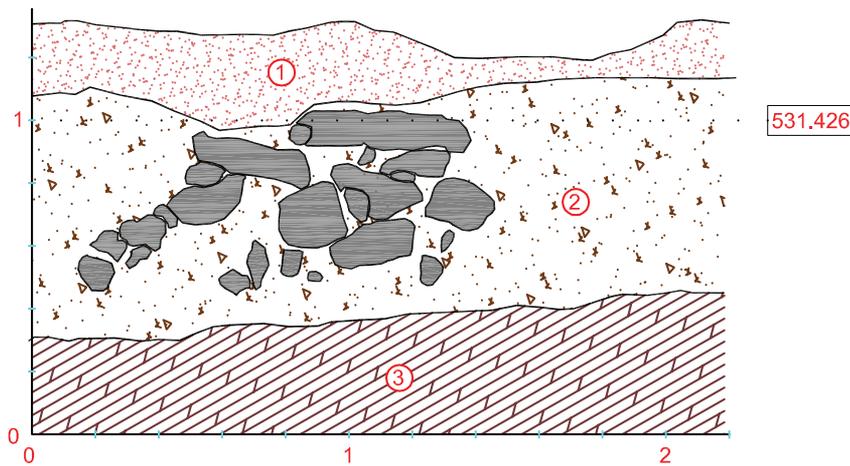


Fig. 20 – Estrutura 4
– Perfil.
1. UE 01
2. UE 02
3. UE 03
■ Pedras Granito

lógica confirmar a tradição oral já registada pela equipa de acompanhamento arqueológico em maio de 2009.

Em 18 de setembro de 2009 foi efetuada uma visita ao local pela Tutela, na pessoa da Dr.ª Dalila Correia, tendo sido verificada a imple-

mentação das medidas de minimização preconizadas; e, conseqüentemente, deliberado que a zona poderia ser liberta à prossecução dos trabalhos de construção do acesso definitivo, desde que com o devido acompanhamento arqueológico, o que se veio a verificar.

Agradecimentos

Ao Sr. Filipe, trabalhador indiferenciado, pelo seu auxílio nos trabalhos de campo; ao Topógrafo Bruno Carvalho, da Dualidade, S.A., pelos levantamentos efetuados; às colegas Liliana Carvalho e Cristina Ramos, pela colaboração, nomeadamente nos desenhos de campo; ao José Garcia, pelo apoio nos desenhos apresentados; à colega e amiga Susana Bailarim, pela ajuda na elaboração deste artigo.

Bibliografia citada

- ABREU, Carlos (1999) - A criação do concelho de Torre de Moncorvo, construção da fortaleza na sua sede e respectiva forma urbana. In BÄRROCA, Mário Jorge, ed. - *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 23–32.
- ABREU, Carlos (2000) - O castelo da vila de Torre de Moncorvo (e contributos para a história da sua destruição). *Douro – Estudos & Documentos*. Porto. 5:10, pp. 73–98.
- HARRIS, Edward C. (1991) - *Principios de estratigrafia arqueológica*. Barcelona: Crítica.
- JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos Santos, RODRIGUES, Adriano Vasco (1978) - Estação arqueológica do Olival das Fragas, Quinta da Terrincha. Vilarça, Moncorvo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 23:2–3, pp. 235–251.
- JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos Santos (1983) - A Derruída ou Vila Velha de Santa Cruz da Vilarça. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 24:1, pp. 538–547.
- LEMO, Francisco Sande (1993) - *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Tese de doutoramento policopiada. Braga: Universidade do Minho.
- PARM – Projeto Arqueológico da Região de Moncorvo (2008) - *Inventário de património arqueológico e de alguns valores arquitectónicos do concelho de Torre de Moncorvo*, Vol. 1 – Relatório.
- SILVA, A. Ferreira da; REBELO, J. Almeida; RIBEIRO, Maria Luísa (1989) - *Carta geológica de Portugal na escala de 1/50 000: notícia explicativa da folha 11-C: Torre de Moncorvo*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1974) - Santa Iria e Santarém: revisão de um problema hagiográfico e topónimo. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 14:3, pp. 1–63; 521–530.